



# ELEIÇÕES 2014

**SEU VOTO  
TEM CONSEQUÊNCIAS:  
UM NOVO MUNDO,  
UMA NOVA SOCIEDADE**

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" - CEFEP  
Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB  
Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas – NESP  
Comissão Brasileira de Justiça e Paz - CBJP  
ISER assessoria

## **Eleições 2014**

**SEU VOTO TEM CONSEQUÊNCIAS:  
UM NOVO MUNDO, UMA NOVA SOCIEDADE**

Brasília-DF  
2014

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara" - CEFEP  
Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB  
Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas – NESP  
Comissão Brasileira de Justiça e Paz - CBJP  
ISER assessoria

**Conselho editorial:**

Pe. Domingos Cardozo Prestes, C.Ss.R.  
Pe. Maurício Brandolize, C.Ss.R.  
Fr. Paulo Júnior Silva Leão, C.SsR.

**Ilustrações:**

Bruno César de Sousa

**Capa e programação visual:**

Carlos Henrique Weber

**Revisão:**

Divina Maria de Queiroz e  
Eurípedes Amaro dos Santos

**Impressão:**

Scala Editora  
Rua Itororó, 144 – Bairro São Francisco  
74455-370 – Goiânia-GO  
Telefax: (62) 4008-2350

Adquira hoje mesmo!

**0800 703 8353**

**[www.cpp.com.br](http://www.cpp.com.br)**

**[vendas@cpp.com.br](mailto:vendas@cpp.com.br)**

# SIGLAS

|             |   |
|-------------|---|
| <b>CNBB</b> | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| <b>GS</b>   | Gaudium et Spes                           |
| <b>EG</b>   | Evangelii Gaudium                         |
| <b>Doc.</b> | Documento                                 |
| <b>Mt</b>   | Mateus                                    |
| <b>1Jo</b>  | 1 João                                    |

# APRESENTAÇÃO

## Palavra de esperança

Em outubro de 2014 escolheremos, através do voto, os nossos representantes políticos para o Poder Executivo (presidente da República e governadores dos Estados) e para o Poder Legislativo (deputados federais e estaduais e parte do Senado).

Trata-se de uma missão e uma grave responsabilidade: colocar na urna não só o nosso voto, mas também a consciência de que o nosso voto tem consequências para a vida do povo brasileiro, no presente e no futuro do nosso país.

É um momento importante de formação para o exercício da cidadania. Um momento significativo para os cristãos explicitarem seu compromisso de fé e seu empenho na construção de uma nova sociedade justa e fraterna. Lembremo-nos da palavra do Apóstolo Tiago: “Meus irmãos, que adianta alguém dizer que tem fé, quando não a põe em prática?” (2,14).

O Documento de Aparecida, elaborado pelos Bispos latino-americanos e caribenhos, advertiu-nos que “a construção da cidadania, no sentido mais amplo, e a construção de eclesialidade nos leigos, é um só e único movimento” (n. 215).

Ao expressarmos nossa cidadania, como cristãos e cristãs, devemos ter diante de nós um Projeto para o Brasil. E o apresentamos dentro da metodologia já vivenciada por todos nós: Ver, Julgar e Agir.

“É dever de todo o Povo de Deus... com ajuda do Espírito Santo, saber ouvir, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo e julgá-las à luz da Palavra de Deus, de modo que a verdade possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida e apresentada de um modo mais convincente” (GS, n. 44).

Com o olho nas eleições, vemos o Brasil que temos com suas conquistas e desafios, com suas luzes e sombras. Realizamos o nosso Julgar através da Palavra de Deus, documentos eclesiais, com a forte marca das reflexões do Papa Francisco na Exortação Apostólica “Alegria do Evangelho”. No Agir, insistimos que a ação dos cristãos seja coletiva, construindo meios de participação permanente e de controle social, formando grupos de acompanhamento ao Legislativo e ao Executivo.

### **Algumas recomendações:**

Tomem conhecimento, estudem, multipliquem e divulguem, promovendo um grande movimento de cidadania e vivência da fé, os três materiais importantes para a preparação às eleições de 2014, elaborados em sintonia uns com os outros:

**a)** O texto PROJETO BRASIL, aprovado na Assembleia Geral dos Bispos, que tem como objetivo principal refletir a situação do Brasil e abrir horizontes para melhorar nosso país, projetando-o para frente, com esperança.

**b)** Os VÍDEOS, ELEIÇÕES 2014, através dos quais, com novas linguagens, os grupos e comunidades, alinhados com os tempos atuais, podem se preparar para eleger bem seus representantes. Estes vídeos podem ser utilizados em reuniões e encontros e podem ser projetados depois da celebração da comunidade para todos que desejarem.

**c)** A CARTILHA “Seu voto tem consequências”, que está em suas mãos.

### **Sobre a utilização desta Cartilha sugerimos:**

**1º)** Aproveitar bem as perguntas a serem respondidas em grupos, ao final de cada etapa do método Ver, Julgar e Agir. Se for necessário e conveniente, melhore as perguntas para facilitar a participação.

**2º)** Cada grupo ou comunidade pode enriquecer a Cartilha, intercalando o texto com cantos da caminhada de fé, orações, leituras bíblicas. O local onde o grupo se encontrará deve ser preparado com símbolos que remetem à realidade e à fé que nos move.

**3º)** Propomos a organização de encontros com os/as candidatos/as para melhor conhecimento dos seus programas, dando importância primordial à urgente Reforma Política.

Agradecemos, com coração cheio de esperança, as entidades que prestaram o valioso serviço de elaborar esta Cartilha, oferecendo condições às comunidades de melhor se prepararem para cumprir o dever de votar, consolidando a democracia brasileira. Muito obrigado ao:

- CEFEP** - Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara,
- CNLB** - Conselho Nacional do Laicato do Brasil,
- NESP** - Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas, Arquidiocese de Belo Horizonte, que também produziu os Vídeos,
- CBJP** - Comissão Brasileira de Justiça e Paz
- ISER** - Assessoria.

Tenho a alegria de expressar o apoio da **CNBB** a este relevante trabalho.

**Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães**

Bispo Auxiliar de Belo Horizonte

Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e  
Educação da CNBB

# INTRODUÇÃO

Em outubro de 2014, vamos, mais uma vez, explicitar a nossa cidadania, através das eleições: presidenciais, de governadores, de deputados federais e estaduais e parte dos senadores.

Pensando na necessidade de uma boa preparação para esta missão, entidades da Igreja Católica decidiram oferecer um texto que pudesse servir de subsídio para os cristãos. Pois como disse o Papa Francisco, respondendo a um jovem: “Envolver-se na política é uma obrigação de todo cristão”.

Essa é também a primeira vez que os cidadãos e cidadãs brasileiros vão às urnas depois das significativas jornadas de junho e julho de 2013, quando milhares de pessoas ocuparam as ruas, exigindo melhores serviços de transporte, saúde, de educação, além de outras demandas por políticas públicas realmente comprometidas com os interesses populares. Também manifestaram preocupação com a corrupção e a insatisfação com a maneira como os políticos eleitos vêm exercendo o poder.

O Papa Paulo VI afirmava que “A política é uma forma sublime do exercício da caridade”. A Igreja valoriza a política e a tem em alta estima porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política, conforme nos diz a Conferência de Puebla (cf. n. 513-515).

A política se ocupa de leis e de medidas concretas que afetam diretamente os cidadãos, não apenas um grupo, mas a totalidade dos membros de uma comunidade (seja esta um município, um estado, uma nação, a comunidade internacional). Assim, na medida em que a política pode propiciar o bem-estar e a garantia dos direitos a todos, é um exercício de amor e de justiça. “Felizes os que têm fome e sede de justiça”, nos diz Jesus nas Bem-aventuranças.

Esta é a razão pela qual a política implica numa enorme responsabilidade. Da ação de cada político vai depender



a sorte de muitas pessoas para melhorar suas condições de vida ou não. Cabe a ele ou ela assumir as reivindicações dos cidadãos que lhe confiaram o mandato e lutar para que se efetivem. Se não o fizer, se dedicando aos seus interesses particulares em lugar do bem comum, é a comunidade que perde.

A base sobre a qual deve se dar tal atuação está no fato de que o compromisso político é uma expressão qualificada e exigente do compromisso cristão a serviço da vida. Eis os motivos e os objetivos que devem ser buscados pelos cristãos e cristãs em sua prática no mundo da política: a busca do bem comum; o exercício do poder como serviço ao outro; a busca da justiça com uma atenção particular para com as situações de desigualdade, de pobreza e sofrimento; a urgência de se repensar a economia.

# VER

O Brasil que temos



## 1. As jornadas de junho e julho: o que têm a nos dizer?

*“Em muitas partes do mundo, as cidades são cenário de protestos em massa, onde milhares de habitantes reclamam liberdade, participação, justiça e várias reivindicações que, se não forem adequadamente interpretadas, nem pela força poderão ser silenciadas” (EG, n. 74).*

As massivas manifestações de protesto de junho e de julho do ano passado surpreenderam a todos. Sem dúvida, levantaram muitos e diversificados temas e denunciaram aspectos diferentes. Mas alguns temas eram comuns: entre outros, a má qualidade dos serviços públicos de transporte, de saúde, de educação.

Os participantes – em sua maioria jovens – denunciaram os enormes gastos com as obras para a Copa do Mundo, em contraste com a má qualidade de alguns serviços públicos, revelando que os investimentos nestas políticas sociais fundamentais haviam ficado muito aquém do necessário.

Seu protesto se dirigiu também contra alguns meios de comunicação e contra a forma como eles exercem o seu trabalho, deturpando notícias, omitindo fatos, ignorando posições diferentes, fazendo, em alguns momentos, campanha em favor de mais repressão, desconsiderando o conteúdo dos protestos.

Os participantes protestaram contra o abismo existente entre os representantes (governos e parlamentares) e os representados. A maioria dos representantes age como se representasse a si próprios. Os representados só contam na época das eleições. A democracia, quando restrita à eleição de representantes (democracia representativa), sozinha, não permite que o povo exerça o poder.

O que vimos e estamos vendo é o desejo de construir um novo país, a partir da atitude cidadã, o desejo de mudar o sistema político, o desejo de afastar aqueles políticos que colocam seus interesses particulares acima dos interesses da nação. Cansados de um processo (pouco) democrático que nos faz meros objetos, querem fazer valer sua voz nas ruas.

## 2. Conquistas significativas

Os dados mostram que, nos últimos dez anos, cerca de 28 milhões de brasileiros deixaram a extrema miséria e a pobreza e passaram a ter uma renda melhor. Este foi um salto significativo na nossa realidade social. Um dos fatores importantes para este resultado foi o aumento real do salário-mínimo – acima da inflação. Outra contribuição importante veio do programa de transferência de renda para famílias extremamente pobres, o Bolsa-Família...

A taxa de desemprego vem caindo regularmente desde 2003 e ficou em 5,4% em 2013. O Brasil foi um dos países onde houve maior redução da pobreza nesse período.

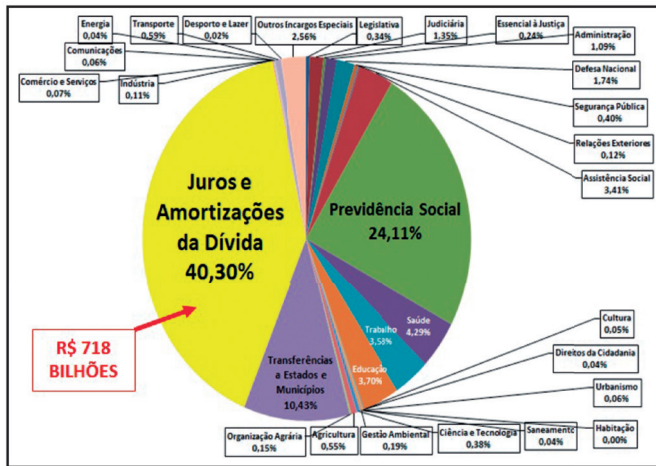
Entre outros avanços vale citar o enfrentamento das condições de vida no semiárido nordestino, através, entre outras ações, do financiamento da construção de cisternas de placa para as famílias da região: mais de 400 mil já foram construídas e ajudaram a enfrentar a seca recente que se abateu sobre a região.

## 3. Os desafios atuais - com um olhar para as eleições

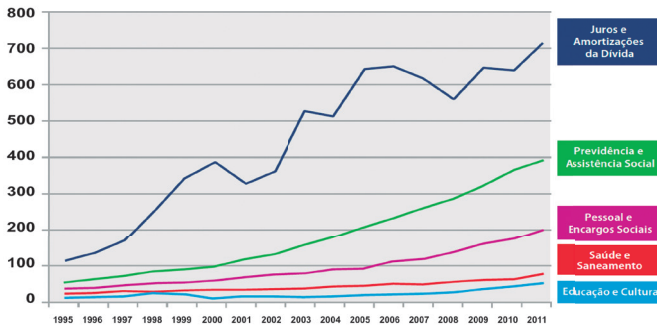
No entanto, como apontaram as manifestações, os recursos para a saúde e para a educação - as principais políticas sociais de um país - são bastante limitados e vêm aumentando muito lentamente.

**3.1. Os gastos com a dívida pública.** Se quisermos saber para quem um governo trabalha, temos de examinar para onde estão indo os recursos. Atualmente, eles são destinados em primeiro lugar para o pagamento da dívida pública e de seus juros. Em 2013, quase metade do orçamento público (40%) foi destinado para os juros, amortização e rolagem da dívida, enquanto que menos de 5% foi para a saúde e menos de 4% para a educação.

Este "sistema da dívida" é o grande devorador dos recursos públicos. É o maior gasto do governo, e faz com que faltem recursos para o transporte, a saúde, a educação, o saneamento básico e outras políticas sociais.



Orçamento Geral da União - Gastos Selecionados (R\$ bilhões)



Fonte: [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br) – acesso em 17/03/2014.

### 3.2. A violação dos direitos dos povos indígenas e quilombolas.

O Brasil está construindo dezenas de usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia, com sérias consequências para a vida dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além do impacto ambiental – desmatamento e interferência nos cursos d’água. Além disso, no campo, o governo vem priorizando os interesses do agronegócio, para garantir uma forte exportação de produtos primários. Os grandes proprietários, por seu lado, vêm pressionando para obter mais terras e, por isso, se opõem à demarcação de terras indígenas e quilombolas, direito garantido pela Constituição. Como resultado deste processo, os povos indígenas e quilombolas vêm perdendo terras, perdendo direitos, sendo perseguidos e várias de suas lideranças foram assassinadas.

**3.3. A lentidão da Reforma Agrária.** Nos últimos anos estamos assistindo uma redução muito grande no número de assentados pela Reforma Agrária. Muito embora a ação do governo se faça nos moldes legais de demarcações e desapropriações, os grandes proprietários se negam a negociar, não aceitam os valores oferecidos pelo Governo, e entram imediatamente na Justiça. Além disso, mesmo quando existe a posição favorável da justiça, os grandes proprietários, muitas vezes grileiros e sem titulação da área, contratam pistoleiros para ameaçar e matar as lideranças dos indígenas, dos quilombolas e dos sem-terra.

**3.4. A terra urbana como capital especulativo.** Não obstante o Estatuto da Cidade, aprovado com grande empenho e dificuldade pelo movimento pela Reforma Urbana, as cidades ainda possuem grandes espaços dentro do perímetro urbano, muitas vezes no perímetro central, inaproveitados, enquanto os pobres são levados a morar em regiões distantes e em condições inapropriadas. Muito embora existam os instrumentos legais, não existe uma Reforma Urbana que tenha os pobres como sujeitos de sua realização.

**3.5. Os megaprojetos de infraestrutura.** O Brasil está investindo em inúmeros megaprojetos (hidroelétricas, estradas, estádios, obras urbanas). Para realizá-los, populações e comunidades estão sendo removidas, a maior parte delas sem a devida indenização, enquanto as empresas são apoiadas com recursos públicos. Os interesses de grandes empreiteiras se sobrepõem às necessidades de comunidades inteiras.

**3.6. As privatizações.** O governo Collor deu início ao programa de privatização de empresas estatais e de serviços públicos, o governo Fernando Henrique Cardoso impulsionou as privatizações, quebrou o monopólio da Petrobrás e iniciou os leilões das áreas de exploração do petróleo – abertos a empresas privadas. O governo atual está dando continuidade às privatizações – portos, aeroportos, rodovias, ferrovias – e deu início aos leilões das áreas do pré-sal, começando com o campo de Libra.

**3.7. O sistema tributário e a desigualdade social.** O Brasil tem um sistema de impostos injusto, no qual os pobres pagam proporcionalmente mais que os ricos. Este sistema tributário é chamado regressivo, porque a maior parte dos impostos recai

sobre o consumo e não sobre a renda dos cidadãos. Além disso, a legislação permite uma série de atalhos para grandes bancos e empresas reduzirem a sua parte de impostos. O sistema tributário regressivo promove a desigualdade social.

**3.8. O oligopólio da grande mídia.** No Brasil, os grandes meios de comunicação são dominados por um pequeno grupo, um oligopólio. Eles defendem em primeiro lugar os interesses dos grandes grupos econômicos – bancos, empreiteiras, agronegócio, setor privado. Sendo concessões públicas, eles deveriam ser meios de informação e de debate de ideias para toda a população, mas servem para defender as ideias daqueles grupos; deste modo, divulgam o que pode ajudá-los e omitem as notícias que podem prejudicá-los.

Há décadas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil defendem uma legislação que garanta a democratização dos meios de comunicação, de modo que eles deixem de ser controlados por um pequeno grupo e passem a ser partilhados com inúmeros outros setores e interesses da sociedade – o que já foi conseguido em alguns países da América Latina. Mas até agora essa legislação não foi feita.

**3.9. A gravidade da situação ambiental.** Estamos vivendo um momento crucial para a humanidade: o atual modelo de desenvolvimento está levando a um aumento sem precedentes do aquecimento global, gerando mudanças climáticas cada vez mais sérias e nosso país tem sido testemunha de vários eventos extremos: chuvas diluvianas, inundações, secas prolongadas, inclusive na Amazônia.

No mundo, e também no Brasil, o sistema capitalista em vigor está provocando uma crise ecológica que, se não reagirmos logo, poderá levar à extinção da vida humana na Terra. Este tipo de desenvolvimento é predatório, está esgotando os recursos do planeta porque se baseia na produção sem limites e no consumo incessante. Está acabando com nossas florestas, poluindo e diminuindo as nossas águas, intoxicando a terra, envenenando nossos alimentos, com o único objetivo de obter mais lucros. O capital usa os seres humanos e a natureza a seu serviço, depredando-os e eliminando-os. Somos o segundo maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, desde o ano passado, mais da metade de nossa área plantada produz alimentos transgênicos, potencialmente prejudiciais para os seres humanos.

O modelo neodesenvolvimentista adotado no Brasil nos últimos anos desconsidera os efeitos sobre o meio ambiente. Nossa matriz energética, além do petróleo e do gás, se apoia, sobretudo, em usinas hidrelétricas e termelétricas, enquanto os investimentos em outras energias renováveis, como a solar e a eólica, são muito baixos.

## 4. O Estado que temos

O Estado que hoje existe evidencia os limites da democracia representativa e efetivamente não responde às necessidades dos novos sujeitos históricos. Anseia-se por novas formas de vivência democrática que reconheçam o caráter plurinacional da nação e o direito à identidade cultural, individual e coletiva; a igual dignidade das culturas, rompendo com a supremacia institucional da cultura ocidental, o caráter do sujeito político dos povos e comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas e quilombolas, superando o tratamento tutelar destes povos como objetos de políticas ditadas por terceiros; o reconhecimento das diversas formas de participação, consulta e representação direta dos povos indígenas, camponeses e afrodescendentes. Nesse sentido, defende-se a democracia participativa como forma de ampliar os canais de participação do povo na vida política.

Na atuação dos cristãos no processo político, ganha especial importância o monitoramento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O monitoramento dos poderes públicos deve se pautar pela defesa obstinada dos valores éticos, pelo combate incessante à corrupção, pela luta contra a violência em suas diversas manifestações.

### Para Refletir em Grupo

1. Quais as luzes e sombras no momento histórico em que estamos vivendo no mundo?
2. O que você pensa das manifestações de junho e julho no Brasil? Você participou de alguma?
3. Olhando o Brasil em seu conjunto, quais as luzes e sombras? Apresente exemplos.
4. E as eleições deste ano? Os programas dos partidos levam em consideração os desafios apontados?



# JULGAR



# 1. Não a uma economia da exclusão e da desigualdade social

*“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, pois que devorais as casas das viúvas, sob pretexto de prolongadas orações; por isso sofrereis mais rigoroso juízo” (Mt 23,14).*

*“Se alguém possui riquezas neste mundo e vê o seu irmão passar necessidade, mas diante dele fecha o coração, como pode o amor de Deus permanecer nele? Filhinhos, não amemos só com palavras e de boca, mas com ações e de verdade” (1 Jo 3,17-18).*

O Papa Francisco provocou reações dos defensores do capitalismo neoliberal com sua **Exortação Apostólica** denominada **Evangelii Gaudium** (A Alegria do Evangelho). Olhando a realidade, que chama de “Mudança de Época”, o Papa vê sinais de desespero e de angústia, muito embora a modernidade e sua racionalidade tenham trazido alguns benefícios nas áreas sociais e culturais. A precariedade da vida de milhões de pessoas, o aumento no número de doenças, o medo e o desespero que tomam o íntimo dos seres humanos eliminam as possibilidades de vida digna. Afinal, não se pode dizer que a vida é digna, em meio a tanto desrespeito e violência, se “a desigualdade social torna-se cada vez mais patente. É preciso lutar para viver, e muitas vezes viver com pouca dignidade” (Cf. EG n. 52).

Mas, o que provocou reações dos defensores do capitalismo em que vivemos foi o Papa dizer “não a uma economia de exclusão”, partindo do 5º. Mandamento: “Não matar!”: “Assim como o mandamento “não matar” põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer “não a uma economia da exclusão e da desigualdade social”. Esta economia mata” (EG n. 53).

Enquanto o cristianismo prega a entrega ao outro, o viver para o outro, o poder a serviço do outro, essa economia baseia-se na competitividade e na lei do mais forte, na qual “o poderoso engole o mais fraco” (EG n. 53). Nessa “cultura do descartável”, Francisco não está falando apenas do consumismo, mas da eliminação física dos mais frágeis, que

ele afirma estar sendo promovida. Se, ao longo dos séculos XIX e XX vivíamos uma economia de exploração e opressão, hoje vivemos nova e cruel realidade: "Com a exclusão fere-se na própria raiz a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são 'explorados', mas resíduos, 'sobras'" (EG n. 53).

E o pensamento dominante joga a culpa dessa situação sobre os pobres, os indigentes. É o resto, a "sobra" que vem sendo culpabilizada. E a mídia com seus comentaristas, tão sóbria ao lado dos que têm o poder e o capital, propaga essa ideologia. Para isso o Papa tem uma expressão que deveria nos chocar: "Desenvolveu-se uma globalização da indiferença". O outro chora e isso não nos diz respeito, não choramos juntos; clama e nos fazemos de surdos. No fundo é tudo "um mero espetáculo que não nos incomoda de forma alguma" (EG n. 54).

No Brasil, os detentores do poder econômico e a mídia que ecoa os pensamentos desse setor, constroem a visão, estereotipada, de que o Estado tem que primeiro atender seus interesses. No "economês", isso se chama Superávit Primário. Ou seja, garantir primeiro o pagamento da dívida e só destinar o que sobrar para os investimentos em educação, saúde, previdência...

Cada vez mais, sentimos que a violência nos invade e nos atemoriza. Vivemos cercados por ela, e buscamos salvaguardas. Colocamos câmeras, cercas eletrificadas, não saímos à noite... Os mais ricos se trancam em condomínios fechados, nos quais acreditam estar livres tanto da violência física como da violência de ver os pobres e estar com eles.

E quando a mídia e alguns experts analisam a violência, jogam a solução no aparato policial de repressão, de escuta e prisão, de aumento dos armamentos. Nada mais infrutífero! Afinal, como nos diz Francisco:

"Hoje, em muitas partes, reclama-se maior segurança. Mas, enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será

impossível desarraigar a violência. Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres, mas, sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar a explosão. Quando a sociedade – local, nacional ou mundial – abandona na periferia uma parte de si mesma, não há programas políticos, nem forças da ordem ou serviços secretos que possam garantir indefinidamente a tranquilidade. Isto não acontece apenas porque a desigualdade social provoca a reação violenta de quantos são excluídos do sistema, mas porque o sistema social e econômico é injusto na sua raiz. Assim como o bem tende a difundir-se, assim também o mal consentido, que é a injustiça, tende a expandir a sua força nociva e a minar, silenciosamente, as bases de qualquer sistema político e social, por mais sólido que pareça” (EG n. 59).

O sistema insiste no Ter, no consumir. O Ser é determinado pela posse cada vez maior de objetos de consumo, não porque são úteis, mas porque se não os possui não se é. É o “resto”. A única saída que os grupos dominantes encontram é a força (redução da maioria penal, a prisão, e alguns clamam até pela pena de morte) ou uma “educação que os tranquilize e os transforme em seres domesticados e inofensivos” (EG n. 60). O Papa vai mais longe:

“Os planos de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, deveriam considerar-se apenas como respostas provisórias. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da

desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais” (EG n. 202).

Por isso, Francisco insiste em clamar “não a uma economia de exclusão” (EG n. 53).

## 2. Sinais de resistência e criatividade

O voto consciente é um dos meios para obter mudanças na sociedade.

Vivemos um momento histórico significativo: em várias partes do mundo, cidadãos e cidadãs têm se levantado em favor de políticas mais justas, que atendam às necessidades de todos, especialmente dos mais pobres, pela ética na política, em prol da participação da sociedade civil na definição daquilo que é melhor para a sociedade. Por exemplo, os estudantes no Chile, os “indignados” na Espanha, os “ocupem Wall Street” nos Estados Unidos, a maioria da população da Islândia contra os grandes bancos, os que protestaram contra a privatização da praça pública na Turquia, as mobilizações que derrubaram ditaduras no norte da África – onde os jovens tiveram uma participação decisiva -, os indígenas em vários países da América Latina, as grandes manifestações no Brasil e tantos outros.

Todos estes rejeitam um sistema político em que só uma pequena elite decide os destinos do conjunto da sociedade em favor dos privilégios de poucos: querem democracia – uma democracia em que o povo seja sujeito do processo político e participe das grandes decisões.

Em outubro deste ano teremos eleições presidenciais, de governadores, de deputados estaduais e federais e de senadores. Será uma oportunidade para que elejamos pessoas e projetos comprometidos com a justiça social, com a defesa do meio ambiente, com os direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais e ambientais. O voto consciente é um dos meios para obter mudanças na sociedade.

Mas as mudanças não vêm somente através de eleições, elas são conseguidas também por outras formas, como as mobilizações que citamos acima. No Brasil, foi a ação coletiva da sociedade que alcançou, em 1999, a aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular n. 9840, que permitiu afastar das eleições os candidatos que tentam “comprar” votos; assim como a Lei da Ficha Limpa, em 2010, que barra a candidatura de pessoas condenadas pela justiça. Se dependesse apenas da maioria do Congresso, estas leis não teriam sido aprovadas: foi a pressão social que obteve este resultado.

Várias políticas públicas existentes hoje são fruto da iniciativa da sociedade civil que lutou durante décadas para que estes temas se transformassem em políticas. Foi a pressão dos movimentos sociais das mulheres, dos jovens, dos que defendem a igualdade racial, com a solidariedade de outros, que conseguiu este objetivo.

Muitas soluções existentes atualmente para problemas sociais foram criadas por grupos, movimentos, articulações, organizações da sociedade civil, redes. É o caso da população que vive no semiárido, onde está se difundindo a construção e a utilização de cisternas de placa para conservar a água da chuva o ano inteiro, além de outras tecnologias sociais.

É o caso da agroecologia, com a qual pequenos agricultores têm desenvolvido a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, em regime de produção de diferentes culturas. Estes bons resultados estão levando supermercados a distribuírem também alimentos orgânicos, além dos tradicionais, e estão se multiplicando feiras especializadas em alimentos saudáveis.

Uma alternativa que vem se desenvolvendo em todo o país é a economia solidária, em suas variadas formas. Pessoas produzem em cooperação com outras, sem hierarquia e sem distinções e, desta forma, conseguem sustentar suas famílias.

No âmbito da comunicação, as tecnologias mais recentes tornaram possível uma inovação: a circulação da informação fora do controle da grande mídia. É a primeira vez que não se depende unicamente de veículos tradicionais para receber e transmitir em massa outras informações, outras versões, outras ideias. Do mesmo modo, as redes sociais têm sido

um instrumento utilizado para desencadear ações coletivas, passando por cima do bloqueio dos grandes meios de comunicação.

Finalmente, é preciso dizer que, apesar das dificuldades já apontadas, contamos com políticos responsáveis, éticos, que não se submetem às negociatas, comprometidos com a defesa dos direitos humanos e que, mesmo sendo minoria, têm sido um sinal de esperança para todos os que acreditam na possibilidade e que lutam por outra política. É entre estes que tem crescido a experiência dos mandatos participativos.

### 3. O Brasil que queremos

Estas são as grandes opções que devem estar presentes na construção do Brasil que queremos ao colocar o voto na urna:

**3.1. Promover uma Reforma do Sistema Político com participação democrática.** Uma Reforma que possibilite a participação dos cidadãos e cidadãs no processo de tomada de decisões, especialmente sobre a política econômica, sobre todo e qualquer projeto que tenha forte impacto social e ambiental, sobre a privatização de empresas estatais e de serviços públicos. Que esta Reforma contemple também a democratização do Poder Judiciário, pois ele é hoje o menos controlado dos três poderes. Só assim poderemos dizer que caminhamos para uma democracia como governo do povo, pelo povo, para o povo.

**3.2. Rever o modelo econômico.** Superar a concepção neoliberal, assim como o modelo neodesenvolvimentista, centrados no capital financeiro (bancos, investidores financeiros) e na promoção de empresas privadas. Interromper o processo de privatização de serviços públicos e de nossas riquezas naturais, entre as quais o petróleo. Construir um modelo econômico centrado nas pessoas, na realização de seus direitos e numa relação harmoniosa com a natureza – como condição para enfrentar a grave crise ecológica que estamos vivendo. Que ele esteja a serviço da vida e seja debatido por toda a nação. “Uma reforma financeira que tivesse em conta a ética exigiria uma vigorosa mudança de atitudes por parte

dos dirigentes políticos, a quem exorto a enfrentar este desafio com determinação e clareza...” (EG n. 58).

**3.3. Realizar uma auditoria da dívida pública**, conforme exigência de nossa Constituição. Precisamos saber a quem deve e quanto deve realmente o Brasil, e de que forma foi feita esta dívida. A única auditoria que o Brasil fez, em 1931, constatou que 60% da dívida era irregular, legalmente inexistente. “Além disso, a dívida e os respectivos juros afastam os países das possibilidades viáveis da sua economia, e os cidadãos do seu real poder de compra...” (EG n. 56).

**3.4. Repensar os megaprojetos em execução** que estão destruindo o habitat dos povos indígenas, quilombolas, das populações ribeirinhas e o meio ambiente. Para os que aí estão em fase de desenvolvimento e conclusão, temos que exigir que, antes de sua continuidade, sejam satisfeitas todas as exigências já estabelecidas que deem condições dignas de vida aos que foram atingidos por tais projetos, e que nenhum outro megaprojeto seja iniciado sem ampla consulta plebiscitária a toda a população brasileira.

**3.5. Investir nas energias renováveis**, especialmente na energia solar – visto que somos um dos países mais ensolarados do mundo. Caminhar para o gradual fim da utilização de fontes de energia prejudiciais ao meio ambiente e perigosas para a vida, como a energia nuclear e termoelétrica.

**3.6. Realizar a Reforma Agrária.** É um escândalo que esta reivindicação até hoje não tenha sido realizada. A ditadura impediu a reforma agrária, mas os governos posteriores também não a realizaram. É uma reforma estrutural necessária para acabar com a elevada concentração da propriedade da terra - onde 1% dos proprietários detém quase metade da terra -, para democratizar o seu acesso, fazendo com que a terra se destine a quem nela queira trabalhar e produzir alimentos para a população.

**3.7. Promover a Reforma Urbana**, para que as cidades sejam feitas para as pessoas e não para carros, para que todos tenham direito a um transporte público digno, para que todos tenham condições de morar dignamente.

**3.8. Democratizar os meios de comunicação.** É necessária uma legislação que torne a liberdade de informação uma



realidade para todos os brasileiros (e não apenas para a elite que controla a grande mídia) e que democratize a comunicação, quebrando o atual oligopólio, que favorece unicamente a um pequeno grupo de grandes proprietários, em detrimento dos direitos da maioria.

**3.9. Universalizar os direitos humanos,** políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Garantir um sistema de saúde pública de qualidade, assim como de educação, transporte, saneamento básico; garantir uma efetiva segurança pública, em que as forças responsáveis pela proteção dos cidadãos protejam os seus direitos. Promover a liberdade de informação e de expressão para todos os cidadãos.

**3.10. Valorizar o trabalhador.** Nesta época de tecnologias avançadas e de alta produtividade, promover a redução da jornada de trabalho - sem redução de salário -, de modo que não falte meio de trabalho para ninguém. Colocar a vida como centro da organização da sociedade e não os lucros das empresas.

**3.11. A ética na política.** O comportamento ético é essencial para a vida do cidadão e, especialmente, para aquele e aquela que pretendem se dedicar ao serviço da sociedade, do bem comum, ao serviço público. Nós sabemos perfeitamente que nenhuma política baseada na corrupção levará a uma sociedade justa, democrática, solidária e equitativa. Outra política, com critérios éticos, é possível. "Dos agentes políticos em cargos executivos exige-se a conduta ética [...]. Dos agentes políticos, no parlamento, deve-se esperar uma ação correta de fiscalização e legislação que não passe por uma simples presença na bancada de sustentação ou de oposição ao executivo" (Doc. 91 n. 40).

#### Para Refletir em Grupo

1. O Papa Francisco, em sua Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, faz uma análise da realidade com critérios evangélicos. Como nos colocamos diante desta análise?
2. Qual o texto bíblico que melhor ilumina esta análise?
3. O Estado que temos é de todos e para todos? Explique com exemplos.

# AGIR



## O necessário horizonte

*“Nem todo aquele que diz: “Senhor! Senhor! Entrará no Reino dos Céus, mas aquele que põe em prática a vontade de meu Pai que está nos céus” (Mt 7,21).*

Diante de qualquer situação devemos ter presente o chão em que pisamos e o horizonte que nossa vista alcança. O primeiro nos dá o senso do real e evita que tropeçamos já nos primeiros passos; mas é o segundo que aponta para onde leva os caminhos, quais os critérios que orientam a caminhada.

As eleições deste ano de 2014 são importantes não só porque presidente, deputados, senadores e governadores têm uma incidência muito grande na vida da população, mas porque está em jogo também o projeto político, social e econômico para o Brasil.

Que Brasil queremos, que Projeto de Brasil temos? Este projeto de país deve orientar o nosso posicionamento nestas eleições e para além das eleições à luz do Evangelho e do Ensino Social da Igreja.

Desta forma, temos que pensar o que queremos mudar:

- Preparando-nos para as eleições de modo crítico;
- Discutindo em grupo, em comunidade;
- Refletindo sobre como contribuir para as mudanças;
- Debatendo com os candidatos e questionando-os;
- Conhecendo as propostas em disputa.

Mas, o momento do voto não esgota a participação do cidadão.

O cristão deve ocupar todo e qualquer espaço que lhe permita, pautado por sua fé e esperança, contribuir na construção de outra política, firmada nos valores éticos de promoção e defesa da vida. O nosso horizonte vai além do processo eleitoral; é a construção de uma sociedade igualitária, de respeito às diversidades, que produza para a vida e não para o aumento do consumo, que tenha a natureza como parceira da vida, e de um Estado que seja o promotor deste horizonte. Um novo Estado para uma nova Sociedade.

### 1. Uma ação que seja coletiva

Só podemos conseguir as necessárias transformações se a nossa ação acontecer de forma organizada, em conjunto com outros homens e mulheres que, sentindo as mesmas angústias frente à situação presente, anseiam pela construção de uma

sociedade justa, de um novo Estado, de uma verdadeira democracia, de um país onde a política seja efetivamente um serviço ao bem comum. Por isso, a nossa ação deve ser sempre coletiva, onde se possa, pedagogicamente, formar uma consciência cidadã e se constituir como sujeito do processo político.

A reflexão deve ter como objetivo a análise crítica da realidade e a definição dos passos a serem dados concretamente para promover a mudança.

Uma forma de conscientizar para o voto cidadão, em nossas comunidades e paróquias, está na realização de mesas-redondas, palestras, seminários, onde haja a possibilidade de amplo debate de ideias.

## **2. Construir meios de participação permanente e de controle social**

Já faz parte da tradição nos períodos eleitorais, que grupos organizados promovam debates com candidatos/as. Espaços são abertos à apresentação de suas propostas, e, a partir daí, podem ser analisadas as suas reais condições de ocupar o cargo, se entendem ou não do que vão fazer, se conhecem os limites e as exigências do mesmo. Nestes momentos, entre outros itens, deve-se levar em consideração:

- Suas propostas;
- O que já fizeram em sua vida para levar à frente estas propostas;
- Diante das questões sociais - a desigualdade social, o desemprego, a exclusão e os desafios aqui levantados, o que pensam fazer?
- Como fazem e quem financia sua campanha?

Em alguns lugares, os participantes aproveitam tais momentos para exigir que os candidatos firmem compromissos com as propostas apresentadas.

Deve ser também discutida a necessidade de se constituírem (ou se aperfeiçoarem) instrumentos de participação democrática no município, no estado e no país. A participação deve ser continuada e não apenas na época das eleições. Esse movimento é fundamental para a constituição de instrumentos mais permanentes de participação democrática, para concretizar a construção da democracia participativa. "A Democracia Representativa não esgota todas as formas de vivência democrática. Outras ações devem ser acrescentadas, para que o povo possa exercer plenamente o seu ser político" (Doc. 91, n. 36).

Para tanto, formar (ou participar de) Grupos de Acompanhamento ao Legislativo e ao Executivo, para exercer o controle social sobre a ação política dos eleitos. O nome desses grupos varia conforme o local; alguns chamam de Comissão de Acompanhamento, outros de Observatório de Controle Social.

Aqueles eleitos comprometidos com a luta por direitos devem ser apoiados e acompanhados por grupos nos diferentes locais onde for possível, de modo que o seu mandato seja não uma responsabilidade individual, mas um mandato participativo, coletivo. Isso dá segurança para o representante eleito na sua atuação política e reforça o vínculo com os representados, com os cidadãos e cidadãs.

### 3. Reforma política urgente

*“A busca de uma Democracia plena passa pela formação de agentes políticos que se coloquem na construção de uma amplitude cada vez maior de sujeitos políticos, de homens e mulheres que tomem em suas mãos o processo de construir a Democracia de que necessitam” (Doc. 91 n. 43).*

Para construirmos o país que queremos é necessária e urgente uma Reforma do Sistema Político.

A causa fundamental da corrupção em nosso país está no financiamento das campanhas eleitorais e dos partidos políticos por empresas privadas: bancos, empreiteiras, grandes empresas. Os eleitos/as – sejam governos sejam parlamentares – tendem a levar à frente as políticas que os financiadores querem e não aquelas que são reivindicadas pelos eleitores. O financiamento empresarial privado vem corrompendo governos e parlamentares que se tornam servidores dos interesses destas empresas.

A providência mais urgente para acabar com a corrupção no país é, portanto, a proibição do financiamento por empresas privadas e o estabelecimento do financiamento público. O primeiro resultado desta medida será uma redução significativa dos gastos nas campanhas eleitorais e um equilíbrio entre as campanhas dos diferentes candidatos. Com isso, se dará um passo importante para afastar o enorme peso do poder econômico sobre as eleições. O segundo resultado será interromper o desvio de recursos públicos para atender a interesses de empresas. Assim, sem uma mudança no modo como são conduzidas as eleições, corremos o risco de ver limitado o poder transformador do nosso voto.

Queremos construir um novo Estado, queremos construir a nação brasileira a partir de princípios de vida e humanidade, de participação e justiça, em que as relações entre as pessoas e destas com a natureza sejam de solidariedade, respeito e responsabilidade. “A Reforma Política que o país necessita, com urgência, não pode se limitar a regras eleitorais e, dentro delas, ao funcionamento dos partidos. Ela precisa atingir o âmago da estrutura do poder e a forma de exercê-lo, tendo como critério básico inspirador, a participação popular” (Doc. 91, n. 101).

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, promovida por mais de noventa movimentos sociais, pastorais e entidades da sociedade civil (entre as quais a CNBB e a OAB), apresentou em 2013 um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para o qual estão sendo coletadas um milhão e meio de assinaturas.

O Projeto contempla os seguintes itens:

- a) Afastamento do poder econômico das eleições;
- b) Adoção do sistema eleitoral em dois turnos: primeiro, o voto dado ao partido (valorizando os seus projetos de governo); segundo, o voto nos candidatos de uma lista formada democraticamente;
- c) Valorização da alternância de gênero nas listas dos/as candidatos/as;
- d) Favorecimento do uso dos mecanismos de democracia direta, através da regulamentação do artigo 14 da nossa Constituição: Projeto de Lei de Iniciativa Popular, Referendos e Plebiscitos.

Outra iniciativa foi tomada: vários movimentos sociais e entidades da sociedade civil se articularam para organizar um Plebiscito Popular (semelhante a outros que já ocorreram, da Dívida Externa, da ALCA, da Vale), tendo como tema a aprovação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para elaborar a Reforma Política. O Plebiscito vai ser realizado em setembro de 2014 e até lá se farão debates e aprofundamentos por toda parte sobre o que deve ser mudado no Sistema Político do país, sobre qual deveria ser o conteúdo da Reforma Política.

#### **4. Cristãos e cristãs: há muito que fazer!**

*“Todos os cristãos tenham consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política; por ela são obrigados a dar exemplo de sentida responsabilidade e dedicação pelo bem comum...” (GS, n. 75).*

O Papa Francisco, em resposta a um questionamento de um estudante italiano, respondeu que: “Envolver-se na política é uma obrigação de todo cristão”. Sabemos que a conotação essencial dos cristãos leigos, fiéis operários da vinha do Senhor (cf. Mt 20, 1-16), é a índole secular de seu seguimento de Cristo, que se realiza propriamente no mundo: “Aos leigos compete, por vocação própria, buscar o Reino de Deus ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus”. Mais ainda: “É tarefa própria do fiel leigo anunciar o Evangelho com um exemplar testemunho de vida, radicado em Cristo e vivido nas realidades temporais: família; compromisso profissional no âmbito do trabalho, da cultura, da ciência e da pesquisa; exercício das responsabilidades sociais, econômicas, políticas. Todas as realidades humanas seculares, pessoais e sociais, ambientes e situações históricas, estruturas e instituições, são o lugar próprio do viver e do agir dos cristãos leigos”.

Já nos afirmou o Documento de Aparecida que a Doutrina Social da Igreja deve entrar, como parte integrante, no caminho formativo do fiel leigo. Ela é importantíssima para os organismos eclesiais que têm como objetivo de seu esforço a ação pastoral no âmbito social e político.

O período eleitoral constitui-se em momento propício à participação dos cristãos, de quem se espera consciente atuação no processo decisório sobre aqueles que conduzirão a coisa pública.

Mas não basta o voto. Devemos ter a consciência de que – embora o voto constitua um momento privilegiado de participação cidadã numa democracia representativa – está longe de encerrar a responsabilidade cristã. Para além das urnas, deve-se proceder ao rigoroso acompanhamento do trabalho dos eleitos.

Tudo isso exige um preciso cuidado na preparação ao exercício do poder, que, leigos e leigas devem assumir, especialmente quando são chamados a tais encargos pela confiança dos cidadãos.

## 5. Cidadania como prática pastoral

*“Acomodar-se não condiz com o batismo cristão. Ao contrário, a Igreja propõe que seus filhos cresçam na fé e se insiram no mundo, transformando-o corajosamente”. (Papa Francisco)*

Iniciamos dizendo que para uma ação significativa, toda a prática deve se dar em conjunto, em um grupo formado e consciente do papel que vão desempenhar nesse momento eleitoral.

Isto nos leva a propor, também, nos diversos níveis, que tais grupos possam se tornar mais permanentes, com a consolidação de práticas pastorais condizentes. Em outras palavras: sugere-se que, da prática no momento eleitoral, se chegue a uma prática continuada e consolidada, quer seja como uma "Pastoral da Cidadania" ou outra denominação que se julgue conveniente.

Tal ação pastoral, ou seja, eclesial, não visará, portanto, sua existência apenas nos momentos eleitorais, de dois em dois anos. Ao contrário, sua prática deve se dar:

**a)** Na formação dos cristãos e cristãs para que se assumam como sujeitos políticos junto aos demais e que tenham uma prática cidadã;

**b)** Na reflexão e no estudo que podem levar à elaboração de materiais formativos e informativos no que diz respeito à prática da cidadania, aos acontecimentos do momento, principalmente no âmbito do município;

**c)** Na formação e ou na participação de Comissões de Acompanhamento do Legislativo ou do Executivo, bem como nos conselhos de cidadania anteriormente citados;

**d)** Na divulgação da prática da democracia participativa no município, seus avanços e seus problemas;

**e)** Na informação sobre as práticas dos agentes políticos.

**f)** No apoio e acompanhamento aos eleitos.

### **Para Refletir em Grupo**

1. Você executa um trabalho permanente no campo sociopolítico? Qual?
2. Na sua comunidade, paróquia ou grupo de reflexão, você já tem algum projeto para desenvolver os trabalhos neste ano eleitoral?



# SUMÁRIO

|                   |    |
|-------------------|----|
| Siglas.....       | 03 |
| Apresentação..... | 04 |
| Introdução.....   | 07 |

## Ver

### O Brasil que temos

|  |    |
|--|----|
| 1. As jornadas de junho e julho: o que têm a nos dizer?..... | 10 |
| 2. Conquistas significativas.....                            | 11 |
| 3. Os desafios atuais – com um olhar para as eleições.....   | 11 |
| 4. O Estado que temos.....                                   | 15 |

## Julgar

|   |    |
|---|----|
| 1. Não a uma economia da exclusão e da desigualdade social..... | 17 |
| 2. Sinais de resistência e criatividade.....                    | 20 |
| 3. O Brasil que queremos.....                                   | 22 |

## Agir

### O necessário horizonte

|  |    |
|--|----|
| 1. Uma ação que seja coletiva.....                                   | 26 |
| 2. Construir meios de participação permanente e controle social..... | 27 |
| 3. Reforma política urgente.....                                     | 28 |
| 4. Cristãos e cristãs: há muito que fazer!.....                      | 29 |
| 5. Cidadania como prática pastoral.....                              | 30 |